

# A RELAÇÃO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS E A INFLAÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>

Andréia Regis Vaz<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a analisar a relação entre a crise sanitária que atingiu todo o planeta em 2020 e o (res)surgimento da inflação no Brasil. Desse modo, seu objetivo geral é verificar se a pandemia da covid-19 teve alguma relação com o aumento da taxa de inflação no país. Para isso, fez-se um resgate teórico sobre as políticas monetária e fiscal, bem como sobre as causas e espécies de inflação. Na sequência, analisou-se a situação econômica vivida pelo país desde março de 2020 e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para minimizar as perdas financeiras da população ocorridas durante o período pandêmico e o isolamento social a que todos foram submetidos. Ante a análise desse arcabouço teórico, verificou-se que a inflação tanto foi derivada das medidas emergenciais, como se trata de um fato estrutural no país, mesmo após mais de 20 (vinte) anos de estabilidade. Para o desenrolar da pesquisa, usou-se o método descritivo, com a técnica da pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Inflação. Taxas de Juros. Pandemia. Coronavírus.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma memória ainda recente de superinflação, que a todos assusta. Após controlada por mais de 20 anos, a inflação surpreendeu de novo os brasileiros nos últimos anos. Veio à reboque dos diversos problemas causados pela pandemia do novo coronavírus e provocou tanto um generalizado aumento de preços quanto a perda do poder de compra da população. Ante a lembrança de como era a vida com a galopante inflação dos anos 80, sem dúvida, fez-se necessário repensar o assunto e discutir se os aumentos de preços seriam apenas temporários ou se o famoso “dragão da inflação” estaria de volta.

A covid-19 se trata de “uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à Unidade de Aprendizagem Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas, ministrada pela Profª. Joseane Borges de Miranda, Doutora. E-mail: joseane.miranda@animaeducacao.com.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso Ciências Econômicas da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: arv2010@hotmail.com

<sup>3</sup> Conforme redação do texto “O que é a Covid-19?”, disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 15/11/2022.

O termo referencia o ano que em foi inicialmente identificada, o que se deu em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China.<sup>4</sup>

O presente estudo tem como problema central saber se houve relação entre a crise sanitária da covid-19 e o ressurgimento da inflação brasileira.

O trabalho se justifica pelo evidente aumento de preços nos serviços e produtos de consumo cotidianos. No início do ano de 2020, a humanidade foi surpreendida por uma crise global, com a incidência da covid-19, uma doença bastante grave e de alcance mundial. Nunca o sentido da palavra “globalização” tinha sido sentido de forma tão evidente e forte. Entre os primeiros casos no interior da China até a alta incidência da doença no território brasileiro passaram-se pouquíssimas semanas. As autoridades sanitárias não tinham conhecimento de como combater a enfermidade, não havia vacinas para evitar a doença e a população se assustou. Muitos pereceram. A primeira alternativa encontrada foi o chamado “isolamento social”. A orientação era “fique em casa”. Com poucas pessoas circulando, o vírus também não circularia e o controle da doença parecia mais fácil.

Ocorre que, com o isolamento social, o comércio fechou, fábricas deixaram de produzir, consumidores deixaram de comprar, o dinheiro deixou de circular. Mesmo com auxílios e medidas diversas, ocorreu desemprego e, principalmente, os chamados trabalhadores informais, foram bastante prejudicados. Se, por um lado, novas formas de comércio (*delivery*, *e-commerce*, por exemplo, são termos que passaram a fazer parte do cotidiano) se desenvolveram bastante, para muitos a situação representou grandes perdas.

Para minimizar a situação de sofrimento de grande parcela da população, o Governo Federal, no Brasil especificamente, lançou várias medidas. Entre elas, ocorreu a instituição de auxílios aos mais necessitados, a desoneração da folha de pagamento e a diminuição das taxas de juros, entre outros.<sup>5</sup> Apesar de tais socorros terem sido fundamentais para a sobrevivência de muitos e para a manutenção de postos de trabalho e de empresas, viu-se que, em razão desse inchaço de liquidez no mercado bem como dos problemas de produção e distribuição de produtos, o fantasma da inflação, que parecia esquecido, voltou.

Sentiu-se claramente um aumento generalizado de preços: em serviços, em produtos e, essencialmente, no preço dos alimentos e do combustível. Conseqüentemente, o mapa da fome, no país, aumentou.

---

<sup>4</sup> Conforme trata o texto “**Covid-19, COVID-19**”. Disponível em <https://www.volp-acl.pt/index.php/item/covid-19>. Acesso em 15/11/2022.

<sup>5</sup> Informações em conformidade com o texto “**Apoio e Auxílios Emergenciais**”, disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus/governo-federal>. Acesso em 15/11/2022.

Assim, algumas dúvidas surgiram: até que ponto foi apenas a pandemia que impactou os preços e fez retornar a inflação? A inflação no Brasil é estrutural ou conjuntural? Por quanto tempo a inflação permanecerá elevada? Como a pandemia impactou a economia de outros países? As políticas econômicas implementadas pelo Governo Federal ajudaram a aumentar o índice da inflação? Qual o impacto da pandemia do novo coronavírus na inflação brasileira?

Ante essas questões, decidiu-se a fazer este estudo, cujo objetivo geral e científico é analisar a problemática dos impactos e consequências da pandemia do novo coronavírus na inflação brasileira. O estudo fará a análise da inflação desde o início de 2020 até o momento atual (junho de 2023).

Como objetivos específicos tem-se: comparar a situação econômica brasileira com a de outros países em face da pandemia do coronavírus; analisar se as políticas sociais (auxílios, por exemplo) implementadas pelo Governo Federal para fazer frente aos problemas econômicos provocados pela crise sanitária (fechamento de postos de trabalho e do comércio em geral no pior momento da crise sanitária) contribuíram para o retorno da inflação e, se sim, em qual extensão; discutir se a inflação no Brasil é estrutural (quando o aumento de preços tem como causa as deficiências na infraestrutura do país e da cadeia produtiva) ou conjuntural (decorrente da situação vivida, quando o aumento de preços decorre dos aumentos de custos de toda a cadeia produtiva); fazer uma revisão das políticas econômicas já implementadas no país; analisar quanto tempo deve durar a inflação em patamar mais elevado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- a) A crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus atingiu vários países, provocando inflação em todos eles;
- b) As políticas sociais implementadas pelo Governo Federal para minimizar os problemas sociais causados pela pandemia contribuíram para o (res) surgimento da inflação no Brasil;
- c) A inflação no Brasil é estrutural e não apenas conjuntural, pois decorre de toda a estrutura econômico-social brasileira.

A metodologia a ser empregada na confecção do trabalho é a do método descritivo<sup>6</sup>, com a técnica da pesquisa bibliográfica<sup>7</sup>.

## 2 POLÍTICAS MONETÁRIA E FISCAL

Inicialmente, esclarece-se que a base teórica deste item é a literatura de Olivier Blanchard (BLANCHARD, 2007) e de N. Gregory Mankiw (MANKIW, 2015).

### 2.1 POLÍTICA MONETÁRIA

Política monetária se refere às ações do governo tendentes ao controle das condições de liquidez da economia. Assim, a política monetária vem a ser o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, para que sejam alcançados os objetivos da política econômica global do governo. Pode-se ainda dizer que a política monetária representa a atuação das autoridades monetárias, através de instrumentos diversos, com efeitos diretos ou induzidos, que tenham o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico. Sumarizando, o principal objetivo da política monetária é o controle da inflação.

Assim, a política monetária representa a atuação do Banco Central para dimensionar os meios de pagamento e os níveis das taxas de juros, no sentido de que esses elementos caminhem em direção aos objetivos de crescimento da produção e do emprego, com estabilidade de preços.

A política monetária escolhida pelas autoridades tem relação direta com a inflação. Isso porque se a emissão de moeda for superior à produção, haverá excesso de liquidez no mercado

---

<sup>6</sup> Sobre o método descritivo: “As pesquisas descritivas têm, como principal objetivo, descrever as características de uma população ou fenômeno. A realidade é descrita sempre de forma imparcial, com olhar científico e sem a interferência de quem está realizando o trabalho. Naturalidade e generalização estão entre as principais características desse tipo de pesquisa”. Fonte: MORETTI, Isabella. **Pesquisa descritiva no TCC: o que é, características e exemplos**. Disponível em: <https://regrasparatcc.com.br/primeiros-passos/pesquisa-descritiva/>. Acesso em 10/06/2023.

<sup>7</sup> A pesquisa bibliográfica “Desenvolve-se tentando explicar um problema através de teorias publicadas em livros ou obras do mesmo gênero. O objetivo deste tipo de pesquisa é de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado assunto ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer pesquisa”. Fonte: **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. <https://docs.ufpr.br/~benitoag/Tecnicas-pesquisa.pdf>. Acesso em 10/06/2023.

o que pode levar à elevação sistemática dos preços, ou seja, ocorrerá inflação. A política monetária pode ser restritiva ou expansionista.

### **2.1.1 Política monetária restritiva**

A política monetária restritiva é aplicada quando a inflação começa a fugir do controle dos governantes, haja vista o excesso de moeda na economia. Nessas situações, procura-se reduzir a disponibilidade de moeda na economia. Por conseguinte, aumentam-se as taxas de juros, diminui-se o consumo e tenta-se, com isso, controlar a inflação.

Para conseguir essa redução de moeda circulando na economia, o governo pode lançar mão de algumas medidas, como a venda de títulos públicos, o aumento do depósito compulsório, a restrição ao redesconto, com a cobrança de taxas ainda mais altas ou com a redução de prazos. Tudo isso leva a uma menor disponibilidade de dinheiro em circulação.

### **2.1.2 Política monetária expansionista**

Ao contrário da anterior, a política monetária expansionista se usa quando a economia precisa de estímulo para seu crescimento. Foi o que aconteceu no início do período de enfrentamento da pandemia do coronavírus. O objetivo de sua adoção é o aumento de liquidez e oferta de moeda na economia.

É operacionalizada pela compra de títulos públicos dos bancos, pela redução da taxa de depósitos compulsórios, pela flexibilização do redesconto, com a diminuição das taxas de juros e com o alargamento dos prazos de pagamento.

Dessa forma, haverá mais recursos na economia e, como consequência, ocorrerá o aumento de consumo, de renda e da produção industrial (consequentemente, do PIB).

A política econômica expansionista costuma ser usada em momentos de crise. Contudo, caso seja empregada por um período prolongado de tempo, pode provocar um grande avanço da inflação.

Assim, conforme BLANCHARD (2007, 522) sumariza a problemática da política monetária, tem-se:

No curto prazo, a política monetária afeta tanto o nível de produto quanto sua composição: um aumento da moeda leva a uma diminuição das taxas de juros e a uma depreciação da moeda. Ambos, por sua vez, levam a um aumento da demanda por bens e a um aumento do produto.

No médio prazo e no longo prazo, a política monetária é neutra: mudanças no nível ou na taxa de crescimento da moeda não exercem qualquer efeito sobre o produto ou o desemprego. Mudanças no nível da moeda levam a aumentos proporcionais dos preços. Mudanças no crescimento da moeda nominal levam a mudanças correspondentes na taxa de inflação.

Além da política monetária, a política fiscal também tem relevância para o sucesso do planejamento macroeconômico do país.

## 2.2 POLÍTICA FISCAL

Se, por um lado, a política monetária se refere ao controle da moeda em circulação, a política fiscal se reporta ao controle da receita e dos gastos do governo. Sabe-se que o governo arrecada recursos através da cobrança de impostos e os gasta com a prestação de serviços, com a realização de obras públicas, bem como com o pagamento de funcionários.

Portanto, por política fiscal tem-se o conjunto de medidas e ações tomadas pelo governo com o objetivo de administrar e controlar o orçamento, para bem equilibrar despesas e receitas, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Importante lembrar que com a boa administração de receitas e despesas, tanto a população quanto os investidores estrangeiros passam a ter maior confiança no país.

Relevante sempre lembrar que as políticas monetária e fiscal se relacionam diretamente com a demanda e juntas auxiliam na estabilidade econômica. Como ensina MANKIWI (2015, 388):

Como a política monetária e a política fiscal podem influenciar a demanda, e a demanda, por sua vez, pode influenciar o produto total da economia ao longo do horizonte de tempo em que os preços permanecem rígidos, essa rigidez de preços proporciona uma fundamentação lógica para a razão pela qual essas políticas podem ser úteis para a estabilização da economia no curto prazo.

As políticas monetária e fiscal precisam estar em harmonia, de modo a contribuir e facilitar o desenvolvimento do país. E, como se sabe, um dos grandes entraves para o sucesso econômico é a inflação, que retira na população seu poder de compra. É o que se verá na sequência.

### 3 INFLAÇÃO

#### 3.1 CONCEITO

Por inflação, entende-se o processo de alta generalizada e persistente de preços na economia. Segundo FRIEDMAN (1969), a inflação ocorre quando a quantidade de moeda aumenta muito rapidamente, em quantidade acima da velocidade da produção. Dessa forma, quanto mais alto for o aumento da quantidade de moeda relativa ao aumento de uma unidade de produção, maior será a inflação.

Para BLANCHARD (2007, 28), a “inflação é uma elevação sustentada do nível geral de preços da economia — conhecido como nível de preços. A taxa de inflação é a taxa à qual o nível de preços aumenta (Simetricamente, deflação é uma queda sustentada do nível de preços. Corresponde a uma taxa de inflação negativa)”.

E esclarece o mesmo autor: “Se uma taxa de inflação maior significasse apenas um aumento mais rápido, porém proporcional, de todos os preços e salários — um caso conhecido como inflação pura —, a inflação não passaria de um pequeno inconveniente, pois os preços relativos não seriam afetados” (BLANCHARD, 2007, 30).

A existência de inflação não é algo ruim, desde que ocorra em um patamar aceitável e programado. Até o limite de 10% ao ano, é considerada normal, pois demonstra o crescimento da economia, o que ocorre em razão do crescimento da demanda agregada (VASCONCELOS, 2023).

Segundo define o Banco Central do Brasil, por inflação se entende o aumento dos preços de serviços e bens, o que gera a diminuição do poder de compra da moeda<sup>8</sup>. É medida pelos índices de preços, sendo que o Brasil tem vários índices de preços. O Índice Nacional de Preços

---

<sup>8</sup> Conforme informação do Banco Central do Brasil, no texto “O que é inflação?”, disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em 20/11/2022.

ao Consumidor Amplo (IPCA) costuma ser o índice utilizado no sistema de metas para a inflação<sup>9</sup>.

Segundo o Banco Central do Brasil, as várias causas da inflação podem ser agrupadas em pressões de demanda, pressões de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação.<sup>10</sup>

## 3.2 ESPÉCIES DE INFLAÇÃO

Como ver-se-á, há várias formas de inflação. Para fins deste trabalho, serão analisadas as espécies a seguir.

### 3.2.1 Inflação de demanda

Esta espécie de inflação ocorre quando existe um excesso de procura em relação à oferta disponível. Trata-se de excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços na economia. Causada pelo crescimento dos meios de pagamento que não é acompanhado pelo crescimento da produção. Ocorre quando a economia está próxima do pleno emprego: quando não pode aumentar de modo substancial a oferta de bens e serviços em curto prazo (PINHO, 2004).

Quatro são os principais fatores que podem causar essa espécie de inflação, segundo SANTOS (2020):

- a) aumento da renda disponível: pode ocorrer por aumento real de salários, redução de impostos ou mesmo por políticas de transferência de rendas;
- b) aumento dos gastos públicos, que elevam o nível de demanda agregada;
- c) expansão do crédito e redução das taxas de juros (são fatores que influenciam na demanda de consumo e investimentos);

---

<sup>9</sup> Conforme informação do Banco Central do Brasil, no texto “**O que é inflação?**”, disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em 20/11/2022.

<sup>10</sup> Tratam-se de dados e informações disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, no texto “**O que é inflação?**”, disponível em <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 20/11/2022.

- d) expectativa dos agentes econômicos, pois essa pode interferir no nível de demanda da economia.

É de se lembrar que a expectativa de escassez futura de um determinado produto agrícola que pode levar a um aumento da demanda atual. Se esta foi maior que a oferta, ocorrerá certamente uma elevação dos preços.

### **3.2.2 Inflação de custos**

Também chamada de choque de oferta, ocorre em razão de pressões nos custos que acabam repassadas aos preços. Pode ser verificada mesmo quando a demanda permanece estável, mas são alteradas as despesas pelo lado do produtor.

É provocada pelas condições de oferta de bens e serviços na economia. A demanda permanece a mesma, mas os custos de alguns fatores aumentam, o que leva à retração da oferta e provoca aumento nos preços de mercado (PINHO, 2004).

Entre os fatores que podem causar esta espécie de inflação, observa-se (SANTOS, 2020):

- a) elevação da taxa de juros, que repercute em aumento dos custos da produção;
- b) desvalorização cambial, que gera inflação nos produtos importados; nessa hipótese, há aumento dos preços externos, especialmente em *commodities* e insumos;
- c) o custo da mão de obra;
- d) aumento de impostos, que aumenta, por consequência, serviços e produtos.

### **3.2.3 Inflação inercial**

Ocorre devido ao que se chama inércia inflacionária, que vem a ser a resistência que os preços de um economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação (PINHO, 2004). Sobre a inflação inercial, é interessante observar que, apesar do nome “inercial”, não significa que seja estável. É crescente, mas em taxas que não são explosivas. É aquela em que a inflação presente é uma função da inflação passada.

### 3.2.4 Inflação de oferta

Pela corrente estruturalista, a inflação em países em vias de crescimento é primordialmente causada por pressões de custos, derivados de questões estruturais como a agricultura e o comercial internacional (PINHO, 2004).

## 3.3 TEORIAS SOBRE A INFLAÇÃO

Nas seções a seguir, será feita a análise de quatro teorias sobre a inflação: a keynesiana, a monetarista, a curva de Phillips e, por fim, a da inflação inercial

### 3.3.1 Teoria keynesiana

John Maynard Keynes, economista inglês nascido em 1883, criou a doutrina keynesiana, que ficou conhecida como uma “revisão da teoria liberal”. Por esta teoria, o Estado deveria intervir na economia sempre que fosse necessário, com o intuito de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego (HENRIQUE, 2019).

Segundo Keynes, a solução para a recessão é uma política fiscal expansionista, “como cortes de impostos para estimular o consumo e investimento ou aumentos diretos nos gastos do governo que deslocariam a curva de demanda agregada para a direita” (SANTOS, 2020).

Conforme NOVELO (2022), Keynes defendia uma política monetária expansionista, com intervenção estatal firme:

O **keynesianismo** está diretamente ligado à **intervenção estatal na economia**, sobretudo, no combate ao desemprego. O Estado intervencionista de Keynes entende que gastos em políticas públicas e em projetos de infraestrutura teriam um papel fundamental para geração de empregos para o aquecimento da economia, especialmente em períodos de recessão.

Keynes interpretava que a quantidade de dinheiro em circulação na economia não era um critério de relevância para ditar a política econômica. Aliás, o teórico defendia a injeção de papel moeda nos setores de atividade e a impressão constante de dinheiro, estratégias que eram colocadas em prática por meio de obras públicas e políticas de incentivo, respectivamente.

Entretanto, há outro lado na política keynesiana. Ocorre “quando a economia está operando acima do PIB potencial. Nesta situação, o desemprego é baixo mas os aumentos inflacionários no nível de preço são uma preocupação. A resposta keynesiana seria uma *política fiscal contracionista*, usando aumentos de impostos ou cortes nos gastos do governo [...]” (SANTOS, 2020).

À política keynesiana, contrapõe-se a escola monetarista de Milton Friedman, que será analisada brevemente no próximo item.

### **3.3.2 Monetaristas: teoria quantitativa**

Os monetaristas constituem uma escola econômica que prega o papel da política monetária para a estabilidade macroeconômica de uma economia de mercado. Para isso, são utilizados instrumentos como alteração na oferta de moeda e quase-moeda, variação na oferta de crédito e na taxa de juros, bem como outras formas de intervenção na economia.

Os monetaristas defendem que os objetivos da política monetária se cumprem de melhor maneira pelas variações de oferta monetária, e não pelas variações na oferta de investimentos. Portanto, eles consideram inútil a intervenção do governo na expansão do desenvolvimento por meio de despesas de investimento.

A teoria quantitativa da moeda, também chamada de teoria clássica, é relacionada com esse ramo de economistas conhecidos por monetaristas. Essa teoria correlaciona a inflação à oferta de moeda existente em uma economia, pois é a quantidade de moeda disponível que determina o nível de preços e é a taxa de crescimento da quantidade de moeda que determina a taxa de inflação. Desse modo, existiria um “equilíbrio entre a oferta e a demanda de moeda em uma economia em um determinado nível produtivo. Se houver uma variação nessa oferta e demanda por moeda sem mudanças na capacidade produtiva dessa economia haverá uma variação de preços” (SANTOS, 2020). O principal expoente da corrente foi Milton Friedman, professor da Escola de Chicago por mais de 30 anos (NOVELO, 2022).

### **3.3.3 Curva de Phillips**

A Curva de Phillips é uma teoria que mostra a relação entre a inflação e o desemprego. Serve para calcular como o desemprego afeta a inflação e vice-versa. Ela mostra o impacto da população empregada nos preços de tudo aquilo que precisamos comprar no dia a dia.

Foi criada pelo economista neozelandês A.W. Phillips (1914-1975), há mais de 60 anos, baseada nos estudos de Irwin Fischer. Segundo SANTOS (2020), Fischer, em 1926:

[...] demonstrou pela primeira vez uma relação estatística entre taxa de inflação e nível de desemprego. Em períodos de alta atividade econômica, prosperidade, onde ocorre uma despesa agregada elevada e um baixo nível de desemprego, os níveis de inflação tendem a ser mais elevados, em relação a um padrão normal. Por outro lado, em períodos de depressões e altos níveis de desemprego, ocorria fenômeno inverso as taxas de inflação tendem a ser mais baixas. Dessa forma, foi percebida que a inflação e o desemprego estariam inversamente correlacionados.

Em 1958, “Phillips publicou um trabalho que buscava demonstrar a relação entre inflação dos salários e desemprego. Apesar dos estudos pioneiros de Fischer a relação entre inflação e desemprego foi denominada Curva de Phillips em sua homenagem” (SANTOS, 2020).

Assim, tem-se que a Curva de Phillips prega que a inflação e a taxa de desemprego têm uma relação inversa, de modo que quando uma aumenta, a outra diminui. Isso porque quando há mais empregos, os preços sobem. Por outro lado, quando o desemprego aumenta, a tendência é a redução dos preços para permitir que as pessoas comprem os produtos.

Contudo, na atualidade, os economistas, em sua maioria, concorda que isso só é real no curto prazo, mas não no longo. Dessa forma, a teoria passou a ser a chamada de Curva de Phillips aceleracionista, pois prega que é possível que inflação e desemprego andem concomitantemente e que podem auxiliar economistas e governantes no desenvolvimento de metas e políticas realistas (SANTOS, 2020).

### **3.3.4 Inflação inercial**

Anteriormente foi visto o que vem a ser inflação inercial. Em relação à teoria, nas palavras de SANTOS (2020):

A teoria da inflação inercial diz que os níveis de inflação se perpetuam devido a um conflito distributivo que ocorre entre os agentes econômicos (não apenas entre empresas e trabalhadores, mas também entre as próprias empresas) que elevam os preços de seus produtos de forma defasada e alternadamente. As expectativas da economia não são alteradas de forma fácil, decorrente da mudança da política monetária, devido ao fato dessas expectativas estarem ligadas a um fenômeno real - a inflação passada -, na qual está ancorado o conflito distributivo.

A inflação inercial se trata de um processo automático de realimentação de preços, que ocorre quando o índice de inflação é a soma da inflação passada mais a expectativa da futura, uma vez que as taxas de inflação passadas influem nos preços atuais. Isso se dá porque taxas de inflação anteriores são repassadas aos preços atuais.

### 3.4 CAUSAS DA INFLAÇÃO

Diversas são as causas da inflação. Entre elas, conforme HENRIQUE (2020):

- Lei da oferta e da demanda: ocorre quando os consumidores querem gastar mais e têm recursos para isso. Nesse caso, os preços sobem, pois a demanda se torna maior que a oferta.

- Diminuição da oferta: também seguindo a lei da oferta e da demanda, quando a oferta é reduzida, por qualquer motivo, os preços sobem, pois as quantidades ofertadas são insuficientes para atender a demanda;

- Fatores naturais: alguns fatores naturais podem, também, causar inflação. Por exemplo, em caso de seca, a produção de determinados alimentos deve diminuir, de modo que, como haverá menor oferta desses alimentos, seus preços serão mais elevados;

- Emissão de moeda: a emissão exagerada de moeda faz aumentar o consumo de modo desordenado. Como consequência dessa nova demanda crescente, os preços tendem a aumentar.

Os fatores acima são capazes de provocar inflação. E, como já se sabe, inflação em excesso é prejudicial à economia de um modo geral. Conforme as informações do Banco Central, a inflação alta tem consequências graves para o crescimento do país:

A inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação.

Inflação mais alta também aumenta o custo da dívida pública, pois as taxas de juros da dívida pública têm de compensar não só o efeito da inflação mas também têm de incluir um prêmio de risco para compensar as incertezas associadas com a inflação mais alta.<sup>11</sup>

Embora tenha voltado à cena do debate com a crise sanitária do coronavírus, a inflação no Brasil não é um assunto recente, como será visto na sequência.

## 4 INFLAÇÃO NO BRASIL

### 4.1 HISTÓRICO

Ainda na memória recente da população mais adulta, o Brasil, no final da década de 80, viveu um período de hiperinflação, em que a perda do poder de compra da população era sentido diariamente.

Ao se traçar um breve histórico da inflação no Brasil, a partir da década de 60, verifica-se como se deu essa escalada rumo à hiperinflação e como ela foi combatida:<sup>12</sup>

- na década de 60, mais especificamente em 1964, em razão dos gastos do governo militar, da crise mundial do petróleo e da ditadura vivida no país, a inflação brasileira chegou ao patamar de 92%;

---

<sup>11</sup> Informações obtidos do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, através do texto “**O que é inflação?**”, disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em 20/11/2022.

<sup>12</sup> O histórico foi traçado a partir de informações contidas no texto “**A história da inflação brasileira, contada por quem a enfrentou nas últimas décadas**”. Disponível em: <https://warren.com.br/magazine/historico-da-inflacao/>. Acesso em 23/11/2022.

- até 1973, houve uma melhora nos índices. Contudo, a partir de 1973, o endividamento público se tornou insustentável, o que ocasionou o aumento dos produtos básicos e o chamado arrojo salarial – que ocorre quando os reajustes salariais não acompanham a inflação;

- em 1976, a inflação acumulada foi de 46%;

- a década de 1980 foi chamada de a “década perdida” para a economia brasileira. Em 1989, a inflação chegou ao estratosférico número de 1.999%, além de ocorrer o aumento da dívida externa e interna;

- no início dos anos 90, a inflação chegou a 2.400%. Contudo, chegou a 9% em 1999;

- durante a década, diversos planos econômicos foram lançados sem sucesso pelo governo, como, por exemplo, os planos Collor I e II;

- em junho de 1994, a inflação acumulada nos 12 meses anteriores chegou a quase 500%;

- em julho de 1994, durante o governo de Itamar Franco, foi lançado o Plano Real, que consistiu em um conjunto de reformas econômicas, com o objetivo de controlar a hiperinflação. Segundo dados do IBGE, chegou perto dos 30% um ano mais tarde;

- o sucesso do Plano Real pode ser medido pela manutenção da média da inflação em 6,4%, entre os anos de 1996 e 2018;

- a maior taxa de inflação nos anos 2000 foi em 2002, quando chegou ao patamar de 12%, com a influência do aumento do dólar;

- a década de 2010 se caracteriza como o período de maior estabilidade da inflação, que se manteve dentro da meta prevista e oscilando entre 4% e 6%, com o equilíbrio das contas públicas;

- a partir de 2011, passou-se a um descontrole na política de preços e, em 2015, o país entrou em recessão, com o aumento do desemprego.

Com o surgimento da pandemia do novo coronavírus e todos os desdobramentos econômicos dela decorrentes (fechamento de postos de trabalho, crise para pequenas e médias empresas, bem como autônomos e informais, isolamento social, grande número de infectados e mortos, o que também ajudou a diminuir a produção), a inflação ressurgiu no Brasil (não apenas, como ver-se-á na sequência). Apontam-se como causas para o renascimento da inflação elevada: a crise sanitária, a alta do câmbio (o ideal é o dólar abaixo de R\$ 4) e o aumento no preço dos insumos, como combustível.

Nesse sentido, CONCEIÇÃO, XAVIER e JORGE (2022):

Dados de outubro de 2021 demonstram que a alta no preço dos alimentos desde o começo da pandemia foi de 21,39%, e a alta no custo de habitação foi de 15,39%. No caso das famílias mais pobres, a maior parte do salário é gasta com essas duas necessidades básicas. O rendimento dos brasileiros também vem caindo. Em um período de um ano, houve uma queda de 10,2% na renda média dos brasileiros. Os produtos alimentícios com maiores aumentos foram o arroz, o açúcar cristal e as carnes. O gás e a energia também tiveram aumentos significativos.

A taxa de inflação depende de vários fatores e se mede por índices econômicos. Tem um impacto direto na vida da população e é definida por analistas do governo, que ajustam números e políticas para fazer cumprir as metas de inflação e evitar seu retorno.

## 4.2 ÍNDICES

A taxa oficial do governo federal para a medição da inflação é o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), que controla e avalia os preços e serviços do país. É medido “mensalmente através de uma pesquisa e coleta de preços em mais de 28 mil comércios visitados pelos pesquisadores do dia 1º até o dia 30º de cada mês. Os preços são coletados presencialmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)”. O índice também indica todos os meses a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal entre 1 a 40 salários mínimos das 11 principais regiões metropolitanas do país.<sup>13</sup>

À título de informação, seguem-se os índices da inflação no Brasil, desde 1995, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):<sup>14</sup>

ANO	TAXA DE INFLAÇÃO (%)
Dezembro - 1995	22,41
Dezembro – 1996	9,56
Dezembro – 1997	5,22

<sup>13</sup> Conforme informações obtidas no texto “**Inflação reflete efeitos da pandemia**”. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/inflacao-reflete-efeitos-da-pandemia>. Acesso em 24/11/2022.

<sup>14</sup> Informações obtidos no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 24/05/2023.

Dezembro – 1998	1,65
Dezembro – 1999	8,94
Dezembro – 2000	5,97
Dezembro – 2001	7,67
Dezembro – 2002	12,53
Dezembro – 2003	9,30
Dezembro – 2004	7,60
Dezembro – 2005	5,69
Dezembro – 2006	3,14
Dezembro – 2007	4,46
Dezembro – 2008	5,90
Dezembro – 2009	4,31
Dezembro – 2010	5,91
Dezembro – 2011	6,50
Dezembro – 2012	5,84
Dezembro – 2013	5,91
Dezembro – 2014	6,41
Dezembro – 2015	10,67
Dezembro – 2016	6,29
Dezembro – 2017	2,95
Dezembro – 2018	3,75
Dezembro – 2019	4,31
Dezembro – 2020	4,52
Dezembro – 2021	10,06
Dezembro – 2022	5,79%

Veja-se que, no primeiro ano da pandemia, 2020, a inflação se manteve em números menos agressivos (4,52% a.a.). Contudo, em 2021 elevou-se a mais que o dobro (10,06% a.a.) e retornou a números mais baixos, embora elevados, em 2022 (5,79% a.a.). Contudo, importante lembrar que os números da inflação no Brasil estiveram um tanto encobertos ante a redução de impostos.

O momento atual (junho de 2023) apresenta uma tendência de queda, pois os últimos 12 meses acumulam inflação de 3,94%.<sup>15</sup>

Importante salientar que o espaço de tempo necessário para que os consumidores sintam a inflação varia de acordo com fatores diversos, pois se trata de um processo que ocorre com o passar do tempo. Os consumidores demoram mais tempo do que o mercado financeiro para sentir a inflação. Isso ocorre porque os preços de bens e serviços não são imediatamente reajustados, pois dependem de diversas variáveis, como a margem de lucro estabelecida pelas empresas, estoques e mesmo o nível de competição do mercado.

Os hábitos de consumo individuais também contribuem para fixar o tempo de percepção da inflação. Há serviços e produtos que têm um impacto maior e mais imediato nos orçamentos das famílias, como alimentos e combustíveis. Outros, como bens duráveis, costumam ter reajustes menos frequentes, mas sofrem mais com as variações do câmbio.

#### 4.3 O COPOM E A TAXA BÁSICA DE JUROS

A taxa básica de juros do país, também conhecida por taxa Selic, é definida pelo COPOM, que vem a ser o Comitê de Política Monetária. Trata-se de um órgão vinculado ao Banco Central do Brasil. É através da taxa Selic que o governo federal realiza o controle da inflação bem como influência na economia. Quanto mais baixa a taxa básica de juros, maior a quantidade de dinheiro em circulação (o que pode representar em aumento da inflação); se mais alta a taxa de juros, a tendência é a retratação da economia, mas o controle da inflação.

A taxa Selic é fixada nas reuniões do COPOM. Ocorrem aproximadamente a cada 45 (quarenta e cinco) dias e, após a análise da conjuntura econômica, os membros do comitê decidem o número da referida taxa. Para isso, levam em conta as metas de inflação, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - órgão responsável por formular a política monetária do país.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Informações obtidos no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 24/05/2023.

<sup>16</sup> Informações obtidas junto ao sítio eletrônico do Banco Central do Brasil. Disponíveis em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em 15/05/2023.

A taxa Selic impacta diretamente a economia (custo do crédito, aumento ou retração do consumo, taxas de juros praticadas por todo o mercado), bem como influencia o câmbio e a rentabilidade de investimentos Trata-se da referência para os demais juros da economia.

O aumento da inflação durante o período pandêmico não foi uma prerrogativa apenas brasileira, haja vista que, em outras partes do mundo, também se observou um incremento do índice inflacionário, como mostrar-se-á no próximo item.

#### 4.4 A PANDEMIA E A INFLAÇÃO PELO MUNDO

O aumento nos índices inflacionários ocorreu nos mais diversos países do globo. A pandemia de covid-19 bagunçou as cadeias produtivas, a produção de insumos e produtos dos mais diversos escasseou e as medidas de auxílio emergencial acabaram por aquecer a economia e gerar um choque entre demanda e oferta.

Some-se à crise sanitária a guerra da Ucrânia, que gerou ainda mais escassez de oferta, haja vista ser a Rússia um dos principais exportadores de petróleo e fertilizantes. Em razão das restrições que sofre por conta do conflito, ocorreu um incremento do aumento do custo com energia e insumos agropecuários em todo o mundo.

A economia americana registrou a maior inflação das últimas décadas, o que repercutiu em uma inflação global. Tão somente a China e o Japão se mostram imunes ao aumento inflacionário entre as grandes economias, talvez por terem conseguido limitar os *lockdowns* e, conseqüentemente, não houve tanta queda de consumo e garantiu-se maior estabilidade econômica. O Zimbábue (África) sofreu a maior inflação do mundo nos últimos 12 meses, em um índice de 280%, com alta dependência de importações, emissão de moeda sem crescimento econômico e expectativa de ainda mais inflação. A Turquia apresentou índice de inflação de 83,45% e a Argentina de 83%, no último ano, com políticas monetárias bastante intervencionistas. As maiores inflações projetadas para 2022 são da Rússia (13,8%), do Reino Unido (9,1%), da Alemanha (8,5%) e dos Estados Unidos (8,1%).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Informações obtidas no periódico *e-investidor*, conforme texto “**Inflação: a alta de preços no Brasil e em outros países explicada**”. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/inflacao-no-mundo-aumenta-precos#:~:text=A%20principal%20economia%20do%20mundo,produtivas%2C%20restringindo%20os%20produtos%20dispon%C3%ADveis>. Acesso em 28/05/2023.

Os países estrangeiros adotaram meios diversos para enfrentar a inflação provocada pela crise sanitária, a depender de suas circunstâncias econômicas e políticas. Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- adoção de políticas monetárias expansionistas: trata-se da redução das taxas de juros, de modo a aumentar o consumo e o investimento. Desse modo, como já colocado, aumenta-se o volume de dinheiro em circulação (confere-se maior liquidez à economia), bem como se concede maior acesso ao crédito, o que incentiva o crescimento econômico.

- estímulos fiscais: tratam-se de programas de auxílio às famílias e empresas, com o aumento do gasto público, redução de impostos e incentivos fiscais. Assim, também se estimula a demanda e a atividade econômica.

- compra de ativos: são programas de compra de ativos (títulos do governo e títulos corporativos), também com o objetivo de injetar dinheiro na economia, aumentar a liquidez do sistema financeiro e estimular a atividade econômica.

- controle de preços: ocorreu o controle de preços para se evitar aumentos excessivos em produtos essenciais, assim como para se manterem estáveis os preços em setores determinados da economia. O objetivo da medida era conter a inflação e proteger os consumidores de altas.

- coordenação Internacional: os países, de um modo geral, têm trabalhado juntos em fóruns internacionais, como o G20 e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para o compartilhamento de informações, a coordenação de políticas e a busca de soluções comuns para o enfrentamento da crise.<sup>18</sup>

Como exposto, o momento atípico vivido pelo mundo, que se somou a uma crise sanitária quase sem precedentes nos tempos atuais uma guerra cruel, levou grande parte dos países a experimentar aumentos em seus índices de inflação. Observa-se que, mesmo países de viés mais liberal, como os EUA (é de se recordar que ao início da pandemia, o partido Republicano estava na presidência da República), em razão de toda a problemática causada pela pandemia, aderiram às propostas keynesianas de intervenção estatal na economia, de modo a tentar minimizar os problemas econômicos sofridos pela população.

No Brasil ocorreu de igual forma. O governo federal lançou diversas medidas para minimizar as perdas econômicas dos mais atingidos pela crise, como será a seguir mostrado.

---

<sup>18</sup> Tratam-se de informações obtidas do texto “**Capítulo 1. Os impactos econômicos da crise da Covid-19**”, do sítio eletrônico “The world bank”. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022/brief/chapter-1-introduction-the-economic-impacts-of-the-covid-19-crisis>. Acesso em 25/05/2023.

## **5 A REALIDADE BRASILEIRA NO ENFRENTAMENTO DA INFLAÇÃO CAUSADA PELA PANDEMIA**

### **5.1 POLÍTICAS SOCIAIS CRIADAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DIRETOS DA PANDEMIA DA COVID-19**

Ante o ineditismo na pandemia do coronavírus e o desconhecimento de meios de combater a doença e seu alto nível de contágio, a primeira opção das autoridades foi a implementação do chamado isolamento social. Neste estudo, não se deterá a analisar o acerto ou não da medida. O fato é que as pessoas diminuíram muito a circulação. As atividades, tanto quanto possível, passaram a acontecer de forma remota: aulas, reuniões, encontros no chamado *home office* sempre que possível. O comércio fechou. A produção da indústria diminuiu, tanto pelo isolamento quanto pelo grande número de pessoas acometidas pela doença. Com isso, sem dúvidas, o impacto econômico, especialmente para pequenas e médias empresas, bem como autônomos e ambulantes, foi imenso. Sem a circulação de pessoas, o consumo diminuiu, de modo que mesmo grandes empresas sofreram diminuição de renda. Empregados, conseqüentemente, perderam seus empregos. Tudo isso foi notório e de fácil constatação. Toda essa crise sanitária resultou em medidas restritivas que afetaram a atividade econômica como um todo. Houve uma concreta mudança na forma de consumo e oferta de bens e serviços, que continua sendo sentida hoje, passados 3 (três) anos desde o início da crise.

Para tentar minimizar os efeitos nocivos da crise sanitária na economia, o Governo (de modo geral: federal, estaduais e municipais) lançou mão de diversos meios de socorro aos mais afetados.

A pandemia prejudicou e mesmo interrompeu as cadeias de suprimentos, o que afetou a produção de produtos e importação de um modo geral. Apenas à título de exemplo, o preço dos carros, sejam eles novos ou usados, disparou, em razão da redução da oferta de insumos básicos para a fabricação dos veículos. Em relação aos alimentos, não foi diferente. Com a interrupção das cadeias de suprimentos, também restaram prejudicadas as cadeias de distribuição e importação, o que contribuiu enormemente para a alta dos preços dos alimentos e, por consequência, impactou diretamente na inflação.

O custo da produção ocorreu em razão das restrições impostas ao funcionamento das fábricas, pois as medidas de distanciamento social acabaram por, obviamente, reduzir a produção e aumentar os custos operacionais. Dessa forma, todas as atividades foram afetadas (produção, distribuição, transportes), o que foi repassado aos consumidores como aumento de preços.

Para fazer frente aos impactos econômicos causados pela crise sanitária, adotou-se uma política monetária expansionista. Foram criadas medidas de incremento e estímulo à economia, com a redução das taxas de juros e o aumento de dinheiro em circulação, através de auxílios assistenciais dados pelo Governo aos mais atingidos pela crise, bem como medidas diversas: redução de jornada de salário com a consequente redução salarial, desoneração da folha de pagamento e outras medidas, inclusive em nível local e estadual, e não apenas federal.

Em que pese essas medidas terem sido profícuas e bastante necessárias à época, não resta dúvida que a expansão monetária acabou por pressionar a inflação para cima, em razão do incremento do volume de moeda em circulação.

Há de se mencionar que, durante o período da pandemia, houve uma forte redução do valor da moeda brasileira frente ao dólar e mesmo outras moedas estrangeiras, o que encareceu sobremaneira as importações e, consequência, o aumento dos preços de produtos importados, como, por exemplo, combustíveis.

Algumas das principais medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar os percalços econômicos causados pela pandemia, no sentido de tentar manter a renda e o emprego, foram:

- **Auxílio Emergencial**: trata-se de um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e desempregados, com o objetivo de reduzir os impactos econômicos da pandemia nessa população, considerada a mais vulnerável. Consistiu em pagamentos mensais de um valor fixo por um determinado período.<sup>19</sup>

- **Programa de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM)**: trata-se de um programa que permitiu a suspensão temporária de contratos de trabalho ou a redução de jornada e salários dos empregados. Por ele, o governo fornecia uma compensação financeira aos trabalhadores afetados, calculada com base no valor do seguro-desemprego que eles teriam direito.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Informações sobre o **Auxílio Emergencial** obtidas no sítio eletrônico <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em 20/05/2023.

<sup>20</sup> Dados sobre o **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda** obtidas no sítio eletrônico <https://servicos.mte.gov.br/bem/>. Acesso em 20/05/2023.

- Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe): programa destinado às micro e pequenas empresas. Seu objetivo é fornecer linhas de crédito facilitadas e com taxas de juros reduzidas, de modo a auxiliar as empresas a manterem suas operações durante a crise e preservar os empregos.<sup>21</sup>

- Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (PEME): esse programa permitia a redução da jornada de trabalho e salários dos funcionários de empresas afetadas pela pandemia. Com a remuneração salarial reduzida (para auxiliar às empresas), o governo oferecia uma compensação financeira para complementar parte da remuneração.<sup>22</sup>

- Prorrogação do pagamento de impostos: houve prorrogação do prazo para pagamento de impostos, como o Simples Nacional, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e contribuições previdenciárias, de modo a auxiliar as empresas/empregadores a enfrentar a crise.

Todas essas medidas foram implementadas com a meta de reduzir os impactos econômicos da pandemia, preservar empregos e tentar garantir tanto a renda dos trabalhadores quando as empresas e comércio em geral. Ainda hoje, mais de 3 (três) anos após ter sido decretada a pandemia como crise mundial, ainda são necessárias medidas para a contenção da inflação. O Banco Central do Brasil busca isso incessantemente, com o controle e manutenção de taxa básica de juros em um alto nível, o que impede o crédito e, conseqüentemente, o consumo e o dinheiro em circulação.

Contudo, há outros fatores, para além das medidas governamentais, que contribuem para o aumento da inflação. No caso da pandemia, ocorreu a interrupção da cadeia de suprimentos, o aumento de preços de *commodities*, a desvalorização da moeda brasileira e a queda da produção em vários setores. Houve ainda a guerra da Ucrânia, que contribuiu para aumentar o preço do petróleo e outros produtos diversos.

No Brasil, houve um aumento considerável da inflação em 2021, conforme antes exposto. Atualmente, nota-se, felizmente, uma tendência de desaceleração.

## 5.2 O CÂMBIO E A INFLAÇÃO

---

<sup>21</sup> Dados sobre o **Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE)** obtidos no sítio eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/credito/pronampe>. Acesso em 20/05/2023.

<sup>22</sup> Informações sobre o **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda** encontrados em <https://servicos.mte.gov.br/bem/>. Acesso em 20/05/2023.

Além das políticas fiscais e econômicas, a taxa de câmbio da moeda de um país é um dos fatores que influenciam na taxa de inflação. A taxa de câmbio significa a taxa de conversão de uma moeda para outra. Ou seja: é o preço de uma moeda em relação à outra. A variação da taxa de câmbio repercute na variação do valor de bens e serviços importados e exportados, o que impacta diretamente a inflação.

Nas importações, com a desvalorização da moeda nacional, os produtos importados se tornam mais caros. Torna-se necessário gastar mais para adquirir um produto estrangeiro. Assim, os aumentos dos preços dos produtos estrangeiros são repassados aos consumidores.<sup>23</sup>

Já no que se refere às exportações, a desvalorização da moeda nacional costuma deixar os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional, pois se tornam relativamente mais baratos para os compradores estrangeiros. Desse modo, com o aumento das exportações tende a ocorrer o incremento da procura pelos bens e serviços, o que deve repercutir no aumento da inflação.

É de se destacar que o impacto do câmbio na inflação é maior quanto maior for o número da importações do país. O país com maior produção doméstica não costuma sentir tanto os impactos da variação da taxa cambial.

A taxa de câmbio costuma estar umbilicalmente ligada à taxa de juros, pois costumam apresentar aumento ou redução em sentidos opostos:

[...] podemos dizer que **a taxa de juros se comporta de forma inversa à inflação e a taxa de câmbio**. Ou seja, quando a taxa de juros sobe, como exemplo o aumento da taxa Selic, a inflação do país tende a diminuir, bem como a taxa cambial, valorizando a moeda nacional. Essa é uma relação esperada! Temos que ter em mente que economia não é uma ciência exata, e muitas variáveis podem influenciar no comportamento das pessoas que, conseqüentemente, influenciam diretamente nos índices econômicos. Contudo, situações com juros altos fazem com que as pessoas consumam menos, porque a prestação do seu financiamento para aquisição de bens, como um carro ou uma geladeira fica mais cara. Por isso, muitas vezes, as pessoas desistem de comprar, impulsionando os preços para baixo. (SHIABEL, 2021).

Importante lembrar que há, com antecedência, a fixação da meta de inflação para o ano seguinte, feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

---

<sup>23</sup> Informações obtidas junto ao texto “**Entenda como a inflação impacta as importações e exportações**”. Disponível em: <https://quirius.com.br/entenda-como-a-inflacao-impacta-as-importacoes-e-exportacoes/>. Acesso em: 25/05/2023.

### 5.3 O REGIME DE METAS DA INFLAÇÃO

Com a inflação em baixa e em níveis estáveis, a economia tende a crescer. Para alcançar esta previsibilidade, usa-se, no Brasil, o regime de metas para inflação, em vigor desde 1999.

Sobre o regime de metas:

Esse regime tem sido exitoso no Brasil e no amplo conjunto de países que o adotam. Por esse sistema, os bancos centrais atuam para que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida. Nesse sistema, a meta para a inflação é anunciada publicamente e funciona como uma âncora para as expectativas dos agentes sobre a inflação futura, permitindo que desvios da inflação em relação à meta sejam corrigidos ao longo do tempo.

No Brasil, a meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e cabe ao Banco Central (BC) adotar as medidas necessárias para alcançá-la. O índice de preços utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta se refere à inflação acumulada no ano. Por exemplo, a meta para 2023 é de uma inflação de 3,25%.<sup>24</sup>

Conforme já exposto, a meta de inflação, no Brasil, é estabelecida, em termos anuais, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ao Banco Central (BC), cabe adotar as medidas necessárias para que essas metas sejam alcançadas:

O índice de preços utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta se refere à inflação acumulada no ano. Por exemplo, a meta para 2023 é de uma inflação de 3,25%.<sup>25</sup>

O sistema apresenta tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Mas, se a inflação, ao final do ano, estiver fora desse intervalo de tolerância, cabe ao presidente do Banco Central divulgar publicamente as razões do descumprimento, através de uma carta aberta ao Ministro da Fazenda, presidente do CMN. A carta deve contar a descrição detalhada das causas do descumprimento,

---

<sup>24</sup> Informações sobre o regime de metas obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, com o texto “**Metas para a inflação**”. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em 01/06/2023.

<sup>25</sup> Informações sobre o regime de metas obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, com o texto “**Metas para a inflação**”. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em 01/06/2023.

quais as providências serão tomadas para se assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e qual o prazo espera para que as providências produzam efeito.<sup>26</sup>

Aqui, cabe destacar que, nos 3 (três) anos de pandemia, a inflação ultrapassou o intervalo da meta estabelecida em 2 (dois) deles: 2021 e 2022.

Para 2021, o CNM estipulou que a inflação deveria ficar entre 2,25% e 5,25%. Principalmente em razão da alta do preço dos combustíveis, ficou em 10,06%.

Para 2022, a meta era que a inflação ficasse entre 2% e 5%. Ficou em 5,79%, puxada pela alta dos alimentos e das bebidas (SOARES, 2023).

Não restam dúvidas, pois, que toda a problemática econômica gerada a partir pela crise sanitária repercutiu no aumento da taxa de inflação no país, que parecia controlada. Contudo, o Brasil apresenta outro ponto relevante para a questão econômica, a ser enfrentado a partir de 2023, que foi a troca do comando do Poder Executivo federal. Isso será visto na sequência.

#### 5.4 TROCA DE GOVERNO E A POLÍTICA ECONÔMICA

Após 4 (quatro) anos do governo Bolsonaro, de tendência econômica de direita, a esquerda brasileira retornou ao comando do Poder Executivo federal, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2023. Uma das promessas de campanha, do atual presidente, foi o combate à inflação que, como se sabe, ressurgiu no país nos últimos anos e fez aumentar a fome no país.

Como vimos, a inflação respondeu às políticas econômicas implementadas pelo governo Bolsonaro para fazer frente à grave crise causada pelo pandemia e ultrapassou a meta estabelecida, tendo sido, em 2021, a um número de 2 (dois) dígitos, a mais alta das duas últimas décadas, conforme visto anteriormente.

Ocorre que referido governo se caracterizava como liberal, o que fazia supor uma intervenção mínima na economia. Isso não foi possível, ante todo o problema sanitário ocorrido. Entretanto, a chegada ao poder de um governo com viés de esquerda, que, por consequência, prega o estado do bem-estar social, pode fazer crer que a tendência é da manutenção de níveis mais altos da inflação.

---

<sup>26</sup> Informações sobre o regime de metas obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, com o texto “**Metas para a inflação**”. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em 01/06/2023.

Contudo, após 5 (cinco) meses da posse do atual governo, nota-se, pelos números apresentados pelo Banco Central do Brasil, que a taxa de juros continua em alta (13,75% a.a.)<sup>27</sup>. Por outro lado, a inflação aparenta ter arrefecido, haja vista que, nos últimos 12 (doze) meses se apresenta em 3,94%. A manutenção desses números mais tímidos da inflação dependem de uma série de fatores, dentro eles, pode-se citar: “a definição do novo arcabouço fiscal; o encaminhamento das reformas; a definição do papel do Estado na economia; a estratégia para buscar o crescimento econômico; e a política de preços dos combustíveis” (KRAMER, 2023).

O mercado ainda não está seguro em quais são e serão os rumos na política econômica, embora a tendência, tanto em razão do controle da pandemia quanto dos resultados econômicos, parece ser o de uma maior estabilidade e controle dos índices inflacionários, com a retomada de obras e crescimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os estudos feitos, é possível chegar-se a algumas conclusões sobre a inflação no Brasil. Seus números estavam razoavelmente estáveis nos últimos 20 (vinte) anos. Contudo, a pandemia da covid-19 abalou a economia e o mercado financeiro de modo muito expressivo. Com a instituição do isolamento social (e, aqui, faz-se necessário repisar que não se está analisado o acerto ou erro desta decisão, mas tão somente o fato acontecido), houve uma alteração imensa na produção de mercadorias e prestação de serviços.

Com o fechamento de fábricas (parcial ou mesmo definitivo), houve mudanças em todo o processo produtivo e de distribuição de produtos, os quais ficaram mais caros. Ocorreu, também, em nível mundial, a falta de insumos diversos. Desse modo, constata-se o aumento dos custos de produção, o que, por si só, já se configura como uma das formas de inflação.

Somando-se a essa espécie de inflação de custos, ocorreu uma alteração tanto na política econômica quanto na fiscal. Ao que se sabe, a totalidade dos países adotou uma política monetária expansionista, com a injeção de dinheiro no mercado, seja sob a forma de auxílios, seja sob a concessão de créditos com taxas de juros mais baixas. Diga-se de passagem que as taxas de juros no Brasil, por exemplo, estiveram em patamares baixos como nunca haviam sido vistas.

---

<sup>27</sup> Tratam-se de dados obtidos no sítio eletrônico do **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em 07/06/2023.

A política fiscal igualmente serviu para aumentar a liquidez do mercado, com desoneração de folha de pagamento (para se evitar demissões) e mesmo adiamento do vencimento de tributos.

Como já colocado no texto, tais políticas nitidamente expansionistas, de matriz keynesiana, tendentes ao bem-estar social, ocorreram mesmo em países mais liberais. À título de exemplo, usa-se tanto os EUA quanto o próprio Brasil, que, à época, estava sob o comando executivo do governo Bolsonaro, de viés liberal e direitista.

Com mais dinheiro circulando, a demanda aumentou. Ocorreu, assim, de outra forma de inflação, a de demanda. Dessa maneira, a conjuntura criada se traduziu na formação tanto da inflação de custos quando na inflação de demanda, de modo que se pode afirmar que as políticas econômicas adotadas durante a pandemia da covid-19 contribuíram para o aumento da inflação no país.

Não se pode esquecer, contudo, que se vive em um mundo globalizado e que o Brasil depende de importações. Desse modo, os produtos externos, também encarecidos pelos problemas dos outros países, passaram a chegar no Brasil com preços ainda mais elevados, uma vez que a taxa de câmbio também se tornou desfavorável à moeda brasileira.

Desse modo, a partir dos estudos feitos, analisam-se as hipóteses levantadas ao início do estudo:

- A crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus atingiu vários países, provocando inflação em todos eles.

A hipótese se confirma, pois o aumento de inflação não foi um fato isolado ocorrido no Brasil. Tratou-se de um fenômeno ocorrido em escala global, em maior ou menor grau, derivado de uma crise sem precedentes, que demonstrou que o mundo se trata mesmo de uma aldeia global, no qual fatos ocorridos de um lado do planeta atingem o outro com rapidez e alta intensidade.

- As políticas sociais implementadas pelo Governo Federal para minimizar os problemas sociais causados pela pandemia contribuíram para o (res) surgimento da inflação no Brasil.

Essa hipótese também se confirma. Ainda que as medidas econômicas tenham sido extremamente necessárias e contribuído para minimizar o sofrimento de grande parcela da população, o derrame de maior liquidez no mercado permitiu que o consumo aumentasse, o que é uma das raízes da inflação de demanda.

- A inflação no Brasil é estrutural e não apenas conjuntural, pois decorre de toda a estrutura econômico-social brasileira.

Igualmente, é hipótese que igualmente se confirma. Ainda que a inflação ocorrida recentemente, em especial em 2022, tenha tido por estopim a pandemia da covid-19 e o lançamento de medidas diversas para mitigar suas consequências econômicas e sociais, não se pode esquecer dos problemas de infraestrutura do país, que contribuem para tornar o país bastante dependente de produtos externos. Caso eles aumentem de preço ou haja alteração desfavorável na taxa de câmbio, para o consumidor brasileiro, tais produtos tornam-se ainda mais caros. Para melhorar a situação, torna-se urgente uma melhoria no sistema de transportes, para reduzir o preço do transporte interno, bem como o incremento do parque industrial, de modo que o Brasil não seja apenas um exportador de *commodities*, mas se torne, também, um fabricante de produtos industrializados e não depende mais tanto das espécies estrangeiras.

Ao arremate, ao se analisar o problema central posto neste estudo, contata-se com segurança que a crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 teve relação direta com o ressurgimento da inflação no país. Não isoladamente, pois há outros fatores a se considerar (por exemplo, a Guerra da Ucrânia, que a todos atingiu), mas foi basilar para o rompimento da cadeia produtiva e de produção, bem como pelas alterações das políticas monetária e fiscal, que auxiliaram a “puxar a inflação para cima”.

## REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. Tradução: Cláudia Martins e Mônica Roseberg. Revisão técnica: Eliezer Martins Diniz. 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONCEIÇÃO, Vanessa; XAVIER, Julia e JORGE, Marissol. **Efeitos da pandemia de covid-19: a alta da inflação no Brasil e no mundo**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/analise-efeitos-da-pandemia-de-covid-19-a-alta-da-inflacao-no-brasil-e-no-mundo>. Publicado em 10/03/2022. Acesso em 22/11/2022.

FRIEDMAN, Milton. **The role of monetary policy**. América Economic review, Nashville, V. 58, nº 1, 1969.

HENRIQUE, Jhonattan. **Keynesianismo: o que diz essa teoria econômica?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/keynesianismo/>. Publicado em 2019. Acesso em 30/04/2023.

HENRIQUE, Jhonattan. **História da inflação no Brasil: entenda**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/inflacao-no-brasil/>. Publicado em 2020. Acesso em 20/04/2023.

KRAMER, Vandrê. **As decisões de Lula que devem afetar a economia em todo o mandato**. Gazeta do Povo de 19/01/2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/as-decisoes-lula-afetar-economia-todo-mandato/>. Acesso em 08/06/2023.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

NOVELO, Rafael. **O que é monetarismo? Entenda este conceito econômico!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/monetarismo/>. Publicado em 2022. Acesso em 30/04/2023.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. (orgs). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SANTOS, Jonathan de França; LAGES, André Maia Gomes; GAYA, Pedro Lages. **Teorias sobre inflação: uma breve resenha descritiva e didática da literatura. Uma introdução ao tema.** *In*: Nexos Econômicos – PPGE/UFBA. v. 14, n. 2, jul-dez. 2020. p. 94/110.

SCHIABEL, Érica. **Relação taxa de juros, inflação e taxa cambial**. Disponível em: <https://www.redecambioseguro.com.br/cambio/relacao-taxa-de-juros-inflacao-e-taxa-cambial/>. Publicado em 17/08/2021. Acesso em 25/05/2023.

SOARES, Nicolau. **Inflação atinge 5,79% em 2022 e ultrapassa meta em 2 dos 4 anos de governo Bolsonaro.** *In* Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/10/inflacao-atinge-5-79-em-2022-e-ultrapassa-meta-em-2-dos-4-anos-de-governo-bolsonaro#:~:text=Dos%20quatro%20anos%20de%20governo,dois%20a%20meta%20foi%20cumprida.&text=O%20CNM%20estipulou%20que%20C%20em,puxada%20pelo%20pre%C3%A7o%20dos%20combust%C3%ADveis>. Publicação em 2023. Acesso em 25/05/2023.

VASCONCELOS, Marco A. Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2023.